

continuação



Gas de Alagoas S.A. - ALGÁS

CNPJ nº 69.983.484/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: Constituída em 02 de setembro de 1993, a **Gás de Alagoas S/A - ALGÁS** ("Companhia" ou "ALGÁS") é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei nº 4.767/1992, de 15 de dezembro de 1992, tendo por objeto social a produção, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, observada a legislação federal pertinente, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos, o desenvolvimento econômico e social, os avanços técnicos e a integração do gás na matriz energética do estado. A companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 (cinquenta) anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o estado de Alagoas, conforme contrato de concessão firmado em 17 de setembro de 1993. **2. Base de preparação:** **a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009, e a Lei nº 13.303/2016), e os Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma mencionado. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em "Real", que é a moeda funcional da companhia. Todas as informações financeiras em "Real" foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas; e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Relações entre estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas explicativas nºs 3.d e 5 - Provisão para perda na realização do contrato a receber. • Notas explicativas nºs 11 - Determinação de vidas úteis do ativo intangível. A administração da companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela administração da Gás de Alagoas S/A - ALGÁS, em 27 de fevereiro de 2024. **3. Resumo das principais práticas e políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros não derivativos:** i. Ativos financeiros não derivativos: A companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são pensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a companhia tenha o direito legal de compensar os valores a serem recebidos de qualquer perda ou de realizar o líquido a passivo simultaneamente. A companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber de clientes. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes ativos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, e os recebíveis decorrentes de qualquer perda por redução do valor recuperável. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor futuro, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante. A provisão para perda na realização do contrato a receber foi constituída em montante considerado suficiente, pela administração, para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. i. Estoques: Os estoques são compostos, por volume de gás disponível na rede da Companhia e por materiais destinados à operação, manutenção e expansão da rede de distribuição de gás natural, incluindo tubulações, conexões, válvulas, reguladores, medidores e itens de almoxarifado. ii. Ativos e Passivos Setoriais: A Companhia, na condição de concessionária de distribuição pública de gás natural, reconhece ativos e passivos regulatórios decorrentes das diferenças temporárias entre os custos e receitas efetivamente incorridos e aqueles considerados nos processos tarifários definidos pela agência reguladora competente. Esses saldos incluem, principalmente: variações no custo de aquisição do gás natural; diferenças de volume (mercado realizado versus projetado); encargos e componentes financeiros regulatórios; ajustes tarifários decorrentes de revisões e reajustes periódicos. O reconhecimento observa as práticas contábeis adotadas no Brasil com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Serviço. **Ativos e Passivos Regulatórios:** A realização desses valores ocorre por meio de sua inclusão nas tarifas futuras, conforme os mecanismos de revisão e reajuste tarifário, podendo sofrer atualização monetária conforme previsto na regulamentação aplicável. iv. Passivos financeiros não derivativos: A companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A companhia baixa um passivo financeiro quando os direitos contratuais retirados cancelam as vendas. A companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. A companhia também possui contrato de venda de gás junto aos seus clientes, no qual estes estão obrigados à retirada mínima de gás, quando estes usuários não alcançam o compromisso mínimo de retirada de gás ocorre o *take-or-pay* e a companhia emite cobrança através da aplicação da tarifa de venda sobre a diferença entre o compromisso mínimo de gás a ser retirado e o que efetivamente se retirou. Este valor registrado sofre atualização sempre que houver alteração da tarifa de venda do gás. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **b. Instrumentos financeiros derivativos:** A companhia não operou, no exercício, com instrumentos financeiros derivativos. **c. Imobilizado:** Companhia adota o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o qual estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Esse pronunciamento requer a avaliação, na data de início dos contratos, para determinar se estes contêm um arrendamento, ou seja, se transmitem o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Nos casos em que o contrato é caracterizado como arrendamento, a Companhia reconhece o custo de aquisição do ativo e o custo de depreciação do ativo. O custo do ativo é tratado como um passivo de arrendamento, correspondente à obrigação de efetuar os pagamentos futuros. Os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia decorrem, principalmente, do reconhecimento do contrato de arrendamento de sua sede administrativa. **d. Intangível:** Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da base de custo de aquisição. A companhia também possui contrato de concessão de Alagoas Contrato de Concessão dos Serviços Locais de Gás Canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente. Ainda segundo o Contrato de Concessão, o poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, bem como o gás a todos os pontos de distribuição de gás canalizado são classificados como ativos intangíveis, conforme requerido pela ICP 01 (R1). Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis (infraestrutura) ao poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, dentro do prazo da concessão, ou seja, em um prazo de 10 (dez) anos, conforme estipulado no contrato. Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a companhia mantém a adoção do referido Contrato de Concessão, o qual define o prazo de concessão a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao poder Concedente, tendo a companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos 10 (dez) anos anteriores ao término da concessão. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para se identificar evidências de perda não recuperável, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o ativo não pode ser recuperável. **Ativo Intangível não recuperável de ativos - impairment:** i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não recuperável pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda leve a um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que poderia ser mensurado de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à companhia sobre condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável. ii. Ativos não financeiros: O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em bruto líquido de suas obrigações e passivos de vendas. Ao avaliar os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quando ao período de recuperabilidade do capital e quanto aos riscos específicos do ativo. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha sofrido aumento, diminuído ou que não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou de amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f. Passivo circulante:** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio:** A política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia observa as disposições da legislação brasileira e do seu Estatuto Social. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo no período em que são declarados, conforme o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) são reconhecidos de acordo com a legislação fiscal vigente, sendo registrados como distribuição de resultados aos acionistas, líquidos do imposto de renda retido na fonte, quando aplicável. Para fins fiscais, o JSCP é tratado como despesa dedutível, observados os limites legais. **h. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre elas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas brutas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **i. CPC 47 - Receita de contrato com cliente:** O CPC 47 estabelece um modelo utilizado na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. De acordo com o referido Pronunciamento Técnico, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Os administradores da companhia avaliaram as principais fontes de receita e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia mantém o tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes. **j. CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** A companhia adota o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que inclui requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, inclusive: (a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVOCI) para alguns instrumentos de dívida simples. A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

k. CPC 06 (R2) - Arrendamentos: O CPC 06 (R2) - Arrendamentos fornece a base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira e o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas. A companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo modificado e as informações contábeis comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas a época. Na data de início, a companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, a companhia utilizou a taxa incremental para fins de adoção do CPC 06 (R2). Os pagamentos de arrendamentos incluídos na mensuração do passivo de arrendamentos são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamentos é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **i. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de aproximadamente 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS pela alíquota de 1% e 1% de FCOEPP, com exceção das vendas de gás natural para as empresas enquadradas no Regime de Arranjos Produtivos Locais, nos termos do Decreto Estadual nº 2.264, de 24 de novembro de 2004, as quais são isentas de ICMS. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas brutas de vendas, conforme nota explicativa nº 21. i. Impostos e contribuições sobre o lucro: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil/ano, para o imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente devido sobre o lucro tributável do exercício são integralmente recolhidos por antecipação. A provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente, conforme descrito anteriormente. A companhia possui redução de 75% do imposto de renda para o período de 10 (dez) anos compreendido entre 2019 e 2028, sobre o lucro da exploração, conforme Laudo Constitutivo nº 0135/2019 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. **m. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas a esses ativos ou passivos. **n. Demonstração do valor adicionado - DVA:** A demonstração do valor adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada, pela companhia, e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada pela companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo os termos contidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o segundo o resultado líquido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estavam representados da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	1.233	904
Ativos Financeiros	14.773	15.930
Total	15.712	16.843

As aplicações financeiras se referem substancialmente a fundos de renda fixa pós-fixados e a certificados de depósitos bancário - CDB, estes últimos remunerados à taxa de variação de 96% a 106% do certificado de depósito interbancário - CDI, sendo que ambos possuem liquidez imediata e não estão sujeitas a variações significativas de valor. Estas operações foram contratadas em condições normais com instituições financeiras e os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão sendo reconhecidos contabilmente pela taxa efetiva de juros. **5. Contas a receber de clientes e partes relacionadas:** As contas a receber estavam assim compostas:

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes	22.450	31.548
Partes relacionadas	489	395
Subtotal	22.939	31.943
(-) EPCLD	(1.109)	(1.065)
Total	21.830	30.878

A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	16.722	28.217
Vencidos até 90 dias	2.535	1.199
Vencidos a mais de 90 dias	3.682	2.527
Total	22.939	31.943

6. Estoques: Os estoques estavam assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Estoque de gás natural	191	227
Almoxarifado operacional	5.053	5.142
Adiantamentos a fornecedores	25	32
Materiais em poder de terceiros	689	721
Total	5.958	6.122

7. Tributos a recuperar: Os tributos a recuperar apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre aplicação financeira	944	1.620
Antecipação de IRPJ	6.791	4.022
Antecipação de CSLL	2.108	940
IRPJ Diferido	239	-
CSLL Diferido	186	-
ICM a compensar	19	188
PIS	35	-
COFINS	157	-
Total	10.547	6.770

8. Despesas antecipadas: Estavam representadas por:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de seguros a apropriar	110	35
Licenças de software a apropriar	709	181
Outros valores a apropriar	48	42
Total	867	258

9. Títulos e valores mobiliários: Refere-se a depósitos em contas vinculadas do Banco do Nordeste do Brasil de Garantia de Financiamento e de Reinvestimento - IRPJ/Sudene - correspondente a 30% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração. A este valor, acresce-se 50% de recursos próprios, provenientes de incentivo fiscal ao reinvestimento do imposto de renda. Os depósitos foram efetuados até 31 de dezembro de 2024, conforme detalhado na nota explicativa nº 20. **10. Imobilizado:** A companhia adota o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O pronunciamento busca determinar se um contrato contém um acordo de arrendamento ou se é um contrato de serviços. No caso do primeiro, o arrendatário deverá reconhecer os ativos, que devem ser depreciados, bem como os passivos oriundos de um arrendamento. O impacto nas contas do grupo ocorre principalmente com relação ao contrato de arrendamento da sede administrativa, e que estava assim apresentado:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa Econômica Federal	-	10.481
Banco do Nordeste do Brasil	3.025	6.627
Total	3.025	16.108

10. Imobilizado: A companhia adota o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O pronunciamento busca determinar se um contrato contém um acordo de arrendamento ou se é um contrato de serviços. No caso do primeiro, o arrendatário deverá reconhecer os ativos, que devem ser depreciados, bem como os passivos oriundos de um arrendamento. O impacto nas contas do grupo ocorre principalmente com relação ao contrato de arrendamento da sede administrativa, e que estava assim apresentado:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não Circulante	2.284	2.284
Imobilizado (direito de uso)	(1.370)	(912)
(-) Depreciação acumulada	914	1.370
Total do Ativo	498	453

Passivo Circulante (nota explicativa nº 17)

	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento a pagar (direito de uso)	575	575
(-) Juros a transcorrer (direito de uso)	(7)	(12)
Passivo Não Circulante (nota explicativa nº 17)	1.047	1.047
Arrendamento a pagar (direito de uso)	575	1.151
(-) Juros a transcorrer (direito de uso)	(28)	(106)
Total do Passivo	1.044	1.497

11. Intangível: O intangível está constituído basicamente por valores representativos do contrato de concessão - ICP 01 (R1):

	31/12/2025	31/12/2024
Custo	160	160
Terenos	3.598	3.500
Benefetórias em imóveis de terceiros	2.264	1.913
Móveis e utensílios	52	52
Veículos	287.109	258.193
Redes de distribuição	20.819	18.285
Equipamentos de informática e softwares	8	8
Outros	314.010	282.112
Materiais - intangível em formação (*)	8.758	4.224
Obras em andamento	2.114	2.079
Total	324.882	288.415

Amortização acumulada

	31/12/2025	31/12/2024
Amortização acumulada	(170.392)	(170.392)
Total	154.490	118.023

A movimentação do ativo intangível é assim demonstrada:

	Saldo Inicial	Adições	31/12/2024	31/12/2025	Transf.	31/12/2025	Taxa - %
Custo	160	-	-	160	-	-	-
Benefetórias em imóveis de terceiros	3.500	98	-	3.598	10%	a.a.	-
Móveis e utensílios	1.913	351	-	2.264	10%	a.a.	-
Veículos	52	-	-	52	10%	a.a.	-
Redes de distribuição	258.193	29.043	127	287.109	10%	a.a.	-
Equipamentos de informática e softwares	18.286	2.533	-	20.819	10%	a.a.	-
Outros	8	-	-	8	-	-	-
Total	282.112	32.025	127	314.010	-	-	-
Materiais - intangível em formação (*) (**)	4.224	9.642	5.108	8.758	-	-	-
Obras em andamento	2.079	35	-	2.114	-	-	-
Total	288.415	41.702	5.235	324.882	-	-	-

220.000 m³/dia de 01/01/2026 até 31/12/2027 e 120.000 m³/dia de 01/01/2028 até 31/12/2028. (b) Os contratos celebrados com a Petróleo Brasileiro S/A ("Petrobras") estão estruturados na modalidade regime inflexível, para aquisição de gás natural no período de 2025 a 2032, com QDCs de 25.000 m³/dia de 01/01/2025 até 30/09/2025; 17.200 m³/dia de 01/10/2025 até 31/12/2025; 34.400 m³/dia de 01/01/2026 até 31/12/2026 e 50.000 m³/dia de 01/01/2027 até 31/12/2029 e 25.000 m³/dia 01/01/2030 até 31/12/2032. E para aquisição de gás natural no período de 2025 a 2034, com QDCs de: 100.000 m³/dia de 01/01/2025 até 30/09/2025; 68.800 m³/dia de 01/10/2025 até 31/12/2025; 51.600 m³/dia de 01/01/2026 até 31/12/2026 e 75.000 m³/dia de 01/01/2027 até 31/12/2029 e 50.000 m³/dia 01/01/2030 até 31/12/2034. (c) O contrato celebrado com a Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), foi firmado com QDC de 120.000 m³/dia para o ano de 2025 e de 86.000 m³/dia para o ano de 2026.

13. Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar: Estavam assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários de empregados a pagar	61	-
INSS a recolher	433	408
FGTS a recolher	152	144
Participação nos lucros	2.832	1.495
Férias	1.434	1.272
FGTS sobre férias	113	101
INSS sobre férias	390	338
Outros	53	54
Total	5.458	3.812

• O valor correspondente a Participação nos Lucros de 2024, foi provisionada conforme Decisão Liminar proferida em 20/12/2024, no Mandado de Segurança Coletiva 00030003-70.2024.5.19.0000. **14. Tributos a pagar:** Os tributos (impostos, taxas e contribuições) estavam assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS a recolher	106	720
PIS a recolher	-	211
COFINS a recolher	-	976
IRRF a recolher	1.457	1.237
INSS retido a recolher	89	120
Outros	124	217
Total	1.776	3.481

15. Dividendos e JSCP a pagar: O saldo em 31 de dezembro de 2025 corresponde aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no estatuto social da companhia, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, que foram ajustados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre o capital próprio a pagar	9.062	7.281
Dividendos declarados a pagar	-	1.272
Subtotal	9.062	8.553
(-) IRRF dos juros sobre capital próprio	(964)	(775)
Total	8.098	7.778

A Companhia, em conformidade com a Lei nº 9.430/1995 e com seu Estatuto Social, adota a sistemática de remuneração aos acionistas por meio do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP), calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) aplicável ao respectivo exercício social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram apurados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 9.062 mil (R\$ 7.281 mil em 2024), os quais foram reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício, em conformidade com a legislação fiscal vigente. O montante de JSCP apurado no exercício foi superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório previsto na legislação societária e no Estatuto Social da Companhia, razão pela qual este foi integralmente atendido por meio da destinação dos referidos juros. Conseqüentemente, o valor correspondente foi provisionado nas demonstrações financeiras como juros sobre o capital próprio a pagar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, fica à disposição dos acionistas no patrimônio líquido, em